

O conto cuiabano: discursos da Fundação Cultural de Mato Grosso (1987-1989)

*Raphaella Rezzieri*¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação da Fundação Cultural de Mato Grosso, durante a gestão de Sebastião Carlos Gomes de Carvalho (1987-1989), através de seus discursos e projetos políticos publicados na *Revista Monções*. A referida instituição tinha como missão preservar e difundir o patrimônio cultural de Mato Grosso, após as transformações desencadeadas pela migração e pelas iniciativas de modernização do espaço urbano, bem como das práticas sociais e culturais da população. Para o desenvolvimento desse estudo utilizamos como referência os conceitos de “ideologia” e “estética” propostos por Terry Eagleton em sua obra *Ideologia da Estética*, que nos possibilitaram leituras da realidade social da cidade de Cuiabá através de diversos prismas, dos quais destacamos os políticos, sociais e culturais.

Palavras-chave: Fundação Cultural. Estética. Discurso.

Abstract: This article aims to analyze the performance of the Cultural Foundation of Mato Grosso, during the administration of Sebastião Carlos Gomes de Carvalho (1987-1989), through his speeches and political projects published in the *Journal Monsoons*. That institution had as its mission to preserve and disseminate the cultural heritage of Mato Grosso, after the changes triggered by the migration and modernization initiatives of urban space as well as the social and cultural practices of the population. For the development of this study we used as reference the concepts of “ideology” and “aesthetic” proposed by Terry Eagleton in his book *Ideology of the Aesthetic*, which enabled us to readings of social reality in the city of Cuiabá through different prisms, which highlight the political, social and cultural rights.

Keywords: Cultural Foundation. Aesthetics. Speech.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.

[...] As virtudes devem ser grandes e as anedotas engraçadas. Também as há banais, mas a mesma banalidade na boca de um bom narrador faz-se rara e preciosa. E verás como as lágrimas secam intensamente, e a realidade substitui a ficção. Falo por imagem; sabes que tudo aqui é verdade pura e sem choro.²

A partir de 1964, após o golpe militar, a política econômica adotada pelo governo autoritário definiu como um de seus objetivos a modernização da agricultura e sua inserção no mercado externo. Aproveitando-se da grande extensão de terras que estavam disponíveis, estimulou-se a ocupação da Amazônia³, que alcançou seu auge no decorrer dos anos de 1970. As políticas propostas pelos governos militares estavam orientadas para o controle da ocupação e dos fluxos migratórios nos programas de colonização, diante do processo de expansão da fronteira agrícola e industrial das regiões Centro-Oeste e Norte.

Em presença das exigências do governo, Cuiabá, o “portal da Amazônia”, deveria estar habilitada para oferecer o suporte necessário aos projetos de colonização. Constata-se que, entre os anos de 1965 a 1975, foram implantados diversos órgãos públicos relacionados à área de infraestrutura, que deveriam preparar

o Estado para receber as iniciativas de ocupação⁴.

As transformações desencadeadas pela política econômica dos militares, somada ao gigantesco número de migrantes que ingressaram no Estado, promoveram impactos na organização urbana e social da população local. Essas transformações, sentidas inicialmente no traçado das ruas, na destruição das praças e edifícios, ascenderam para o campo simbólico e cultural, e desenvolveram-se em âmbito político.

Esse artigo pretende analisar a maneira como a elite de dirigentes, intelectuais e políticos, se apropriam e difundem a cultura cuiabana a partir de 1975, ponto da pesquisa que pretendemos aprofundar nesse momento.

“A gente se acostumou de enxergar antigamente...”⁵

No ano de 1975, durante o Governo de José Garcia Neto, foi criada a Fundação Cultural, através do Decreto Estadual n. 126 do mesmo ano. A nova instituição tinha como missão preservar e difundir o patrimônio cultural de Mato Grosso e foi instalada no antigo “Palácio da Instrução”, onde passou a funcionar a sede administrativa da Fundação, a Biblioteca Pública do Estado e o “Atelier Livre”, onde aconteciam oficinas de artes plásticas.

² ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008, p. 135.

³ A Amazônia corresponde à Região Norte, compreendida pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins, e parte da Região Centro-Oeste, abarcando o Estado de Mato Grosso.

⁴ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cuiabá-cuiabanos: uma leitura subjetiva da migração*. Cuiabá: EdUNIC, 2000, pp. 13-14.

⁵ BARROS, Manuel. Canção do ver. In: *Poemas rupestres*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004, p. 13.

Trajetórias das políticas culturais no Brasil nas décadas de 1970 e 1980

Dentro de seu plano de ações, o Governo do Estado e a Fundação Cultural fundaram o “Museu Histórico de Mato Grosso”, “Museu de Arte Sacra” e o “Museu de História Natural e Antropologia”, além de organizar uma Pinacoteca com os trabalhos dos artistas matogrossenses. Uma das providências de sua atuação considerada mais importante foi a elaboração da legislação de proteção ao patrimônio histórico e artístico estadual, Lei n. 3.774, de 20 de setembro de 1976, com base na qual foram tombados o Seminário da Conceição, Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho e o “Chafariz do Mundéo”, entre outros⁶.

Além da criação de diversos “espaços de memória”⁷, a Fundação ocupou-se da publicação de livros produzidos por autores locais com temas de Mato Grosso, organizou recitais de poesia e música, incentivou o teatro e as artes plásticas.

Para compreender como a Fundação Cultural organiza suas atribuições, faz-se necessário observar o cenário nacional em que as políticas culturais estavam sendo gestadas.

A análise que propomos neste momento se limitará apenas às propostas da gestão de Sebastião Carlos Gomes de Carvalho, acessadas por meio da *Revista Monções*, publicada pela própria instituição no ano de 1987. Este se configura como um pequeno e primeiro exercício de compreensão acerca das motivações políticas desempenhadas pela Fundação Cultural e por esse motivo o delimitamos a apenas uma liderança a fim de verificá-lo com maior propriedade.

Durante a gestão de Sebastião de Carvalho (1987-1989), a Fundação Cultural já se articulava com políticas nacionais mais estruturadas, seguindo orientações e diretrizes acerca dos procedimentos nas esferas estaduais e municipais. A trajetória das políticas públicas da cultura precisou de certo tempo para definir com clareza seus planos de ação. A primeira legislação cultural adotada no Brasil foi proposta durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que culminou com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937. No entanto, em 1964 após o golpe militar, a orientação das políticas nacionais foi subsequentemente alterada, a partir da crescente institucionalização da cultura.

Em novembro de 1966, foi criado o CFC (Conselho Federal de Cultura), onde alguns projetos foram apresenta-

⁶ PÓVOAS, Lenine de Campos. *História da cultura matogrossense*. Cuiabá: Resenha Tributária, 1982, p. 219.

⁷ NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo, n. 10, pp. 07-28, dez. 1993.

dos ao governo nos anos de 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi levado a cabo. A preocupação dos projetos apresentados estava centrada na recuperação de instituições como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Nacional do Livro, entre outras, de modo que pudessem desempenhar o papel de construtores de políticas nacionais para suas respectivas áreas⁸.

Durante muitos anos o CFC esteve orientado para a educação e vinculado ao MEC (Ministério da Educação). O DAC (Departamento de Assuntos Culturais) foi criado somente em 1970, através do Decreto 66.967. No final do governo do Presidente Médici (1969-1974), durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), foi elaborado o PAC (Plano de Ação Cultural), que tinha como proposta o financiamento de eventos culturais nos setores de patrimônio, arte e cultura.

Por conseguinte, a gestão do ministro da Educação Ney Braga, durante o governo Geisel (1974-1978), foi considerada dinâmica e um período de fortalecimento para a área da cultura. Durante sua administração foram criadas diversas instituições que passaram a atuar em áreas como a do direito autoral, cinema e folclore, dentre elas, a FUNARTE (Fundação Nacional das Artes). Esse momento de intenso investimento na área cultural coincide com a criação

da Fundação Cultural de Mato Grosso e com as mais significativas transformações no campo da cultura no Estado.

De acordo com Calabre, nesse contexto foi criado o CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), sob a direção de Aloísio Magalhães. O CNRC propunha estudar as características e especificidades da cultura brasileira, transformando-as em produtos. O projeto tinha como meta o desenvolvimento econômico a partir da preservação cultural e da criação de uma identidade brasileira.

No final dos anos de 1970, o DAC foi substituído pela Secretaria de Assuntos Culturais, e a atuação dessa instituição dividiu-se em dois segmentos: um voltado para área patrimonial e o outro para a área de produção, circulação e consumo da cultura. Em 1981, Aloísio Magalhães assumiu a direção da secretaria que passou a se chamar Secretaria de Cultura, sendo formada por duas subsecretarias: a de Assuntos Culturais, vinculada à Funarte e a de Patrimônio, relacionada ao IPHAN e a Fundação Pró-Memória⁹.

Em 1985, após a abertura política e sob o governo de José Sarney, foi criada a Lei nº 7.505 de 02 de junho de 1986, popularmente conhecida como “Lei Sarney”, que propôs através de incentivos fiscais superar as dificuldades financeiras enfrentadas pela área cultural.

A implementação dessas políticas contribuíram para a edificação de

⁸ CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil. Balanço e perspectivas*. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, n.3, 2007, s. p.

⁹ Idem.

parâmetros e objetivos que passaram a permear os temas relacionados à diversidade cultural e da economia da cultura. Somente após os anos de 1970 é que indagações sobre a legitimidade do que preservar e para quem preservar ingressaram nas pautas e debates políticos. A grande novidade desencadeada pela nova legislação cultural residia no reconhecimento de manifestações culturais significativas para outros segmentos da sociedade, que até então eram negligenciados, dos quais faziam parte negros, índios e imigrantes, em suma, a população pobre e marginalizada.

Esse panorama reforça o papel desempenhado pelos militares na construção da identidade nacional, tratando-a como uma questão de Estado. A proposta acerca da integração nacional foi uma resposta encontrada para os dilemas em torno das diferenças culturais em todo território nacional, dessa maneira, meneados pelas políticas culturais, os governantes assumem o discurso da “unidade na diversidade” garantindo assim um posicionamento neutro diante das discussões sobre as “verdadeiras raízes do povo”. Para tanto, utilizaram temas como a mestiçagem, a valorização das diferentes “raças” e suas respectivas contribuições na formação do povo brasileiro.

Ideologia e estética como instrumentos de análise da ação cultural

A leitura das publicações produzidas pela Fundação Cultural nos fornecem indícios de seu papel de articulador entre a cultura matogrossense e a população. Denotamos que os trabalhos realizados pela entidade foram marcadamente de caráter educativo e serviam também como propaganda institucional, comunicando valores e práticas consideradas tradicionais.

Uma das propostas da Fundação residia em organizar um verdadeiro “mutirão”, tendo como meta estabelecer novas políticas culturais voltadas para a proteção do patrimônio histórico e para preservação da memória da região e comunidade.

Para compreendermos os objetivos intrínsecos às propostas da Fundação Cultural, tomamos como referência explicativa os conceitos propostos por Terry Eagleton, em sua obra *A ideologia da estética*.¹⁰ Inicialmente, nos é interessante ter em mente o conceito de ideologia como um conjunto de ideias de um determinado grupo. No entanto, segundo este teórico, a ideologia é sempre espontânea, está atrelada à lógica dos grupos dominantes e sua principal função reside em garantir a hegemonia da classe. De acordo com Eagleton, nos debates contemporâneos a cultura parece ser a chave explicativa para a aná-

¹⁰ EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

lise da sociedade capitalista, contudo, um olhar mais acurado pode fornecer outras perspectivas acerca de questões políticas e sociais que permeiam o tema¹¹, de modo que nos propomos a fazê-lo neste artigo.

Em segundo lugar, nos cabe entender a concepção de estética e onde ela se insere em nossa pesquisa. Conforme Eagleton aponta, quando tratamos de questões científicas ou sociológicas, apenas os especialistas parecem habilitados a falar, mas quando a questão é arte, cada um de nós espera contribuir. Considerando a assumida versatilidade do conceito e as variadas interpretações acerca do termo “estética”, tomamo-o neste momento como uma “associação” ao termo cultura – expressão que pode torná-lo ainda mais amplo – pensando a estética como uma possibilidade de conhecer através da sensibilidade.

Segundo Eagleton, o conceito de estética floresceu no século XVIII na Alemanha como um desafio à autoridade política, que precisava de suportes que explicassem a vida sensível, “pois sem um entendimento dela nenhum domínio pode ser seguro”¹². O conceito de estética proposto admite o reconhecimento de que a percepção e a experiência não se originam de leis universais abstratas, ao contrário, demandam um discurso adequado, que expressa uma lógica interna. A estética fornece possibilidades de compreensão da realidade por meio das sensibilidades, não é um

mero acessório, mas uma ferramenta de acesso a particularidades do real, que a própria razão não permite acessar.

Ao incorporar temas como identidade, dignidade e cultura ao discurso, os dirigentes da Fundação Cultural apelam para o sensível, tornando sua fala cativante e conseguindo o apoio da população local, que se identifica com seus argumentos. Parafraseando a obra *Émile* de Rousseau, Eagleton escreve que “o coração só recebe a lei que vem de si mesmo”¹³, trazendo à tona que a lei, para o exercício pleno, deve ser consentida pela população, onde prevalece o costume em detrimento da autoridade. Nas sociedades modernas, pós-absolutistas, o poder está associado à estética por meio da afetividade e do costume, e é vivido de maneira inconsciente, ou seja, naturalizado, e desrespeitá-lo é desrespeitar a si próprio.

Para Eagleton, a questão central inscreve-se na necessidade de unidade e coerência da organização social. A dimensão estética, manifestada através dos costumes, hábitos, intuições, entre outros, emerge como instrumento de conformidade e coesão. Com a lei internalizada por meio da estética, o sujeito não reconhece nenhuma lei externa, mas uma lei em si mesmo. A lei torna-se o mecanismo de unidade e controle social, entretanto, para alcançar tal objetivo, é preciso criar novas subjetividades, pois não há garantia de que o poder possa manter-se fundamentado nas sensibilidades.

¹¹ Ibidem, pp. 7-8.

¹² Idem, ibidem, pp. 18-19.

¹³ Idem, ibidem, p. 22.

O propósito do Estado é criar sujeitos a quem poderão recorrer, pois o intuito da hegemonia política reside em produzir formas de “sujeição que formarão a base da unidade política”. Eagleton, apoiado em Rousseau, esclarece que “a lei da consciência é tal que o que eu sinto ser verdadeiro é verdadeiro”¹⁴, todavia, isso não significa que o sentimento possa substituir a lei amparada pela razão, mas que somente a razão não sustenta a unidade social.

O projeto político da Fundação Cultural

Mato Grosso situa-se hoje num contexto histórico de decisiva importância para o traçado de uma política cultural. Reúne-se aqui na Amazônia, e particularmente em Mato Grosso, o CONGRESSO DAS RAÇAS. O processo migratório iniciado no século passado com as levas nordestinas, continuado com a marcha para o Oeste nas décadas de 40 e 50 com o deslocamento da gente do Centro-Sul e já agora, nos últimos três lustros, com os colonos sulistas (gaúchos, paranaenses, catarinenses etc.), está constituído nestas paragens o verdadeiro sentido do SER NACIONAL¹⁵.

Em Cuiabá, no decorrer dos anos 1970, o processo de ocupação da região Norte do Estado foi fortemente estimulado, fazendo com que a população saltasse dos 100 mil habitantes para mais

de 400 mil em 1991¹⁶. A chegada dos migrantes, somado ao processo de modernização da cidade, desencadearam inúmeras transformações, tanto no âmbito social como econômico, dentre eles podemos destacar o aumento do número de desempregados, a supervalorização dos imóveis, a expulsão dos mais pobres para a periferia e a destruição do patrimônio histórico e ambiental. Essas modificações atingiram sobremaneira os hábitos da população, as relações de poder e a organização do espaço físico urbano e acabaram por provocar sentimentos de rivalidade entre moradores locais e recém chegados, sentimentos estes que assumiram o tom de enfrentamento cultural.

A população estava fragilizada e o que lhe restara eram as lembranças de outrora. É possível verificar que o sentimento de perda alimentou os discursos da Fundação Cultural. Segundo Guimarães, tudo parecia fora do lugar. A sensação de estar perdido não afetava somente a sociedade como um todo, mas de maneira especial toda uma classe social que temia não conseguir mais manter seus privilégios. No intuito de recuperar o controle da situação, a Fundação Cultural, bem como as demais instituições da mesma ordem, enveredaram-se no campo da preservação dos bens culturais cuiabanos, por serem estes testemunhos do passado. Era preciso restituir a unidade perdida¹⁷.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 25.

¹⁵ CARVALHO, Sebastião Carlos Gomes de. Por uma política cultural. In.: *Monções*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1987, p. 40.

¹⁶ VOLPATO, op. cit., p. 14.

¹⁷ GUIMARÃES, Suzana. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007, pp. 31-33.

A iminência do esquecimento reavivou a necessidade de memória da população. A estratégia adotada pelas instituições culturais foi a de estimulá-la através da criação de “espaços de memória” e por meio de propagandas veiculadas em jornais, revistas, eventos, saraus, ônibus, viadutos, etc. De acordo com Guimarães, as artes plásticas ganharam maior representatividade, pois atendiam a necessidade imediata de despertar uma consciência político-social. “As obras deveriam dar a ver aquilo que a visibilidade comum tivesse tornado invisível”¹⁸. Entretanto, conforme os apontamentos de Andreas Huyssen, diferente do que se espera, quanto mais explorada e comercializada em massa, a memória tende a transmutar-se em mera fantasia, tornando-se por fim, mais facilmente esquecível de que as memórias realmente vividas¹⁹.

[...] Vivemos um vácuo de possibilidades, de novos ricos, de emergentes, em contraste com o recuar permanente dos locais, dos da terra. Culturalmente, vivemos um desastre teórico. Quem chega trás cultura, boa ou ruim, moderna ou arcaica, mas se manifesta por traços de sua formação, de sua educação, de sua infância. Mato Grosso não tem um texto cultural. Mato Grosso não tem um pacote sócio-cultural que o identifique. Minas tem. O Rio Grande do Sul tem. O Ceará tem. Somos hoje uma encruzilhada. Cuiabá virou um entreposto, uma estação do velho oeste para os que o estão descobrin-

do. Nunca soubemos guardar as nossas memórias e ficamos críticos com a abertura cada vez maior dos CTG (Centro de Tradições Gaúchas), com os Círculos Nordestinos, que transferem pela culinária e pela música, um sabor de suas origens às gerações futuras. O choque do novo está a exigir da inteligência local, uma busca permanente de uma identidade cultural para Mato Grosso, para o Novo Mato Grosso. Entendo que ela deve vir sem facções, sem ilhas culturais [...]²⁰

Por meio da sensibilidade e do apelo às práticas consideradas tradicionais, a Fundação Cultural cria novas subjetividades e novos olhares acerca da cuiabania, por intermédio de programas educativos de incentivo e valorização da cultura matogrossense, construindo um discurso coerente e “universal”, de modo que a população passa a incorporá-lo e adaptá-lo a sua realidade, mesmo não pertencendo a este grupo ou não tendo seus interesses atendidos por eles.

Porém, conforme a perspectiva de Eagleton, sem a participação da sociedade, apenas o exercício da instituição não assegura a preservação dos bens culturais. É preciso internalizar a lei. Preservar uma cultura não deixa de ser uma demonstração de poder, uma vez que são os poderosos que conseguem preservá-la e muitas vezes se apropriam de referências que não lhes pertencem, ressignificando-as, função que

¹⁸ Idem, *ibidem*. p. 100.

¹⁹ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004, p. 18.

²⁰ ALVES, Jota. O choque do novo. *Monções*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1987, p. 32.

em Mato Grosso foi desempenha pela Fundação Cultural. Segundo Maria Cecília Fonseca, “é do lugar da hegemonia cultural que se constroem representações de uma identidade”²¹.

Observamos que a Fundação Cultural, dirigida e com apoio de uma elite política, intelectual e econômica, apropriou-se do discurso relativo à preservação do patrimônio e passou a recriar práticas culturais que não lhes pertenciam, difundindo-as como comuns a toda sociedade cuiabana. Podemos compreender essa “adaptação” como instrumento de fortalecimento da consciência coletiva, reforçando uma “identidade única”.

Ora, podemos entender então que a Fundação Cultural integra ao seu discurso a “estética” a fim de atingir ou “seduzir” a população, habilitando-a a participar de seus debates, como fora reivindicado.

Uma identidade que é a afirmação de nossa herança histórico-cultural, no que ela tem de particular, mas que é igualmente universal, na medida em que reflete as partes desta nação-continente. E é nesse contexto que, ao assumir a Presidência da Fundação Cultural de Mato Grosso, faço um chamamento aos artistas, aos divulgadores da cultura, aos intelectuais para que nos engajemos todos num verdadeiro mutirão cultural. Para que estabeleçamos uma política e uma ação cultural que venham refletir as aspira-

ções criadoras de nossa gente, ao mesmo tempo em que contribuam para a consolidação na alma da nacionalidade das ideias perenes de Dignidade, Justiça e de Liberdade. Convoco-os a todos para juntos pensarmos a questão cultural²².

A “naturalização” da cultura e de suas respectivas “leis” configura uma das características da Fundação Cultural, que inventa, transforma e ressignifica a realidade social e cultural a fim de torná-la comum a todos.

[...] E foi com esse compromisso, o da democratização do acesso aos bens culturais com a ampla participação da coletividade, que viemos para o exercício dessa árdua mas fascinante tarefa. E é com uma visão fundamentalmente humanista que procuraremos estabelecer as bases de uma política cultural, voltada tanto para proteção do patrimônio histórico, para a preservação da memória cultural, para o estímulo à grande criatividade de nosso povo, como também dos valores circundantes, urbano-ambiental e a ecologia. E, nesse contexto, estabelece-se a imperiosa necessidade da ampliação do acesso aos valores culturais [...]”²³

A proposta da administração de Sebastião Carlos Gomes de Carvalho foi absorvida pelo discurso do direito às raízes e à identidade, lançando a instituição numa jornada de conscientização acerca da cultura cuiabana. Temas do cotidiano, do trabalho, da religião,

²¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas sociais - acompanhamento e análise [IPEA]*, n. 02, 2001, p. 114.

²² CARVALHO, *ibidem*, p. 41.

²³ *Idem*, *ibidem*, p. 41.

da fauna e da flora, ou seja, práticas tradicionais e características locais passaram a ocupar painéis, ônibus, fachadas e o cotidiano da população, produto dessa “nova sensibilidade” que valorizava suas raízes e sua identidade e atendia o caráter da política moderna,²⁴ deslocando o debate acerca da preservação do plano meramente técnico, para o campo político.

À sombra da política nacional de cultura, que pretendia tornar rentável a produção cultural, o Estado e os municípios, através das instituições responsáveis pela preservação e difusão do patrimônio, deveriam conceber formas para garantir a sobrevivência da população pobre por meio de seus “saberes” e “fazeres”, lançando-os, dessa maneira, numa lógica de mercado.

No decorrer dos anos de 1980 verifica-se que essa política cultural em favor de um movimento estético alcança seu auge. Os dirigentes da cultura estavam voltados para redescobrir Cuiabá através de suas práticas culturais, com o intuito de organizar a cidade. O discurso acerca da necessidade do embelezamento e da higienização ocupava o topo das prioridades, pois esta era uma opção de aumentar a arrecadação e inserir Mato Grosso no circuito do turismo ecológico e cultural. Literatura, teatro, música e artesanato também foram explorados mediante incentivos e propaganda, ao passo em que os transformavam em elementos “legítimos” da população cuiabana.

Segundo Suzana Guimarães, a trajetória de conscientização da cultura local utilizou referências como o folclore, a memória, a história, o patrimônio, a fauna e a flora, para legitimar-se. “É nesse quadro que a imagem de e/ou texto sobre Cuiabá passam a ser maciçamente objetivados a partir de práticas político-mercantins da indústria da cultura e do turismo”²⁵.

Consequente às políticas adotadas, tanto pela Fundação Cultural como pelos demais órgãos de cultura, as características e os traços identitários da população cuiabana passam a ser difundidos como bens de consumo, apoiados nos conceitos de ecologia e preservação, que atribuíam aos “produtos culturais” autenticidade e valor. Essa prática foi verificada de maneira especial na confecção artesanal da cerâmica e da tecelagem, que foram inseridas no mercado por atender as exigências necessárias: auxiliavam na manutenção da vida de seus produtores e divulgavam o artesanato local para os turistas.

De acordo com Eagleton,

[...] Uma tal apropriação interna da lei é central, ao mesmo tempo, à obra de arte e ao processo de hegemonia política. A estética é, nesse sentido, apenas um nome para o inconsciente político: é, simplesmente o modo pelo qual a harmonia social registra-se em nossos sentidos, imprime-se em nossa sensibilidade. O belo é apenas a ordem política justa vivida a nível do corpo, o modo como atinge nossos olhos ou

²⁴ GUIMARÃES, op. cit., pp. 137-138.

²⁵ Idem, op. cit., 138.

move nosso coração [...] A unidade da vida social sustenta a si mesma, sem necessidade nenhuma de legitimação, por estar fundada em nossos instintos mais primordiais [...]”²⁶.

As proposições do crítico literário nos possibilitam inferir que a Fundação Cultural, valendo-se da “estética”, introjeta valores na população que ratificam sua atuação. A proposta da Fundação Cultural não é involuntária ou impensada. Educar a sociedade para valorizar sua cultura e patrimônio, sejam eles manifestados de maneira tangível ou intangível, é objetivo dado. Para que os ideais difundidos pela instituição funcionassem efetivamente era preciso que ocorresse a incorporação dos valores propagandeados e uma relação mínima de identificação entre instituição e povo. A estética é, nesse contexto, o instrumento de transferência da ideologia que é incorporada através dos sentimentos e posteriormente externados por meio de novas práticas sociais.

Reportando-se a Hume, Eagleton explica que a experiência e o hábito alimentam a imaginação, sendo estes, suportes frágeis em que se baseiam todos os consensos da sociedade. “A memória, os sentidos e o entendimento são deste modo, todos eles, fundados na imaginação, ou na vivacidade de nossas ideias”²⁷. Segundo Hume, com frequência, quando não encontramos palavras para explicar uma determinada ques-

tão, recorremos aos sentimentos para conferir-lhe entendimento. A solução para este problema fundamenta-se na criação de uma falsa consciência, cuidadosamente cultivada, que despreocupadamente a inscreve no esquecimento.

Trazendo a reflexão de Hume para nossa pesquisa, compreende-se que a sociedade capitalista assentou sua economia na “ficção”, revelando-nos que os objetos todos, são filhos dos sentimentos, e o que garante a sua validade é menos uma lei, do que o que está registrado na mente.

Ideologia e estética: a ação da Fundação Cultural

Nossa leitura acerca da Fundação Cultural, tendo como norte os conceitos de ideologia e estética, depreende que houve uma tentativa de construir todo um imaginário a respeito dos bens e dos valores culturais do Estado. Estes bens foram alicerçados nas sensibilidades da população através dos hábitos e dos costumes, aspirando a naturalização e universalização dos mesmos. Segundo Eagleton, os indivíduos tendem a se relacionar em função de suas semelhanças e uma maneira de incentivá-los é por meio do sentimento de pertença e identidade que a cultura possibilita. “A sociedade é, assim, baseada na facultade, que, em seu funcionamento apropriado, assegura estabilidade e continuidade”²⁸.

²⁶ EAGLETON, op. cit., pp. 33-34.

²⁷ Idem, ibidem, p. 40.

²⁸ Idem, ibidem, p. 44.

A estética produz laços entre os sujeitos e uma de suas manifestações ocorre por meio da imitação, que está mais próxima do costume do que propriamente da lei. O ato de “repetir” sistematicamente práticas sociais e culturais, concede ao corpo social coesão e, simultaneamente, a identidade necessária para manter a ordem.

O belo seduz os indivíduos com certa facilidade e como consequência, ganha o seu consentimento. A lei que invoca o belo torna-se atraente e naturalmente mais eficaz para a hegemonia. “No coração do poder está o oxímoro da livre servidão, do qual a estética é um símbolo vital”²⁹. A hegemonia não é meramente uma questão do estado político, mas engendra o próprio processo. Para alcançar o verdadeiro êxito, a ideologia deve fundamentar-se nas condições reais e materiais, em contraponto a estética facultar respostas de onde os valores devem provir, sempre fazendo referência à afetividade. Para Eagleton, a estética como discurso surge no mesmo momento em que a produção cultural começa a se transformar em produção de mercadorias, porém a nova função da estética e mais importante, reside na possibilidade por ela ofertada de compreender de maneira mais ampla a sociedade³⁰.

O surgimento da estética como categoria teórica está associado ao processo material pelo qual a sociedade adquiriu autonomia em relação às va-

riadas funções sociais a que estavam vinculadas. Uma vez que os objetos tornam-se apenas bens de consumo, esvaziam-se de valor e significado, tornando-se referências de “nada” para “ninguém”. A estética fortalece-se ao atribuir a estes “bens” um fim em si mesmo, desenvolvendo um discurso de autorreferência a partir da criação de novas subjetividades. É belo e basta.

As proposições de Eagleton nos possibilitam observar a Fundação Cultural por vários prismas, dos quais podemos destacar os aspectos políticos, sociais, culturais e também sensíveis. Para o autor, a ideologia está estreitamente associada à hegemonia, contudo ela não segue uma regra, sendo com frequência espontânea. O seu texto enfatiza que a grande ideologia é de fato a estética, que opera através da sedução, atraindo os demais grupos a incorporar valores e práticas alheias à sua realidade. Ao internalizar e naturalizar tais práticas, a crença nas mesmas torna-se plena.

A partir de sua leitura, entendemos que a estética passa a ser a lógica maior em que os sujeitos constroem suas realizações. Esta, preocupada com a beleza e não com a razão, apela para as emoções e para as sensibilidades. Nos discursos sensíveis divulgados pela instituição, a importância da estética reside na pluralidade de sentidos e leituras, possibilitando diversas relações de efeito em seus interlocutores.

O sensível permite que conhecimentos que dependem exclusivamente

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 47.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 53.

da experiência, sejam acessados por meio da afetividade. O discurso de caráter identitário não é suficiente para sustentar o sujeito ou grupos específicos. Segundo Guimarães, termos, imagens e enunciados tornam possível ver e dizer sobre um determinado espaço, impondo-se como verdades que repetidas, produzem coerência³¹. Dessa maneira, até onde nossa pesquisa tem nos conduzido, interpretamos que o discurso acerca do patrimônio cultural cuiabano propalado pela Fundação Cultural não existe enquanto essência, tampouco como elemento fundador inscrito no passado. Ele se revela como um sopro. Para a população, um bonito conto para confortá-la diante de suas perdas. Para os governantes, instrumento de poder.

Referências bibliográficas

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008

BARROS, Manuel. *Poemas rupestres*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2004.

CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil*. Balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, n.3, 2007.

CARVALHO, Sebastião Carlos Gomes et al. *Monções*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1987.

EAGLETON, Terry. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas sociais - acompanhamento e análise [IPEA]*, n. 02, 2001.

GUIMARÃES, Suzana. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *História da cultura matogrossense*. Cuiabá: Resenha Tributária, 1982.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cuiabá-cuiabanos: uma leitura subjetiva da migração*. Cuiabá: EdUNIC, 2000.

³¹ GUIMARÃES, op. cit., p. 44.